

SOS Mata Atlântica e INPE divulgam dados do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica

Estudo indica que a Mata Atlântica está reduzida a 7,26% do que existia originalmente; alta taxa de fragmentação florestal ameaça a biodiversidade do Bioma

Santa Catarina, Minas Gerais e Bahia foram os Estados que mais desmataram no período de 2000-2005, em números absolutos

Mafra, Itaiópolis e Santa Cecília em Santa Catarina, foram os municípios que mais perderam cobertura nativa no período de 2005-2007 nos 51 analisados

São Paulo, 27 de maio de 2008 – A Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE divulgam hoje, em entrevista coletiva on-line, a conclusão dos levantamentos do “Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica”. Marcia Hirota, diretora de Gestão do Conhecimento e coordenadora do Atlas pela SOS Mata Atlântica; Flávio Ponzoni, coordenador técnico do estudo pelo INPE; e Mario Mantovani, diretor de Mobilização da Fundação, apresentam os dados que mostram que o Bioma está reduzido a 7,26% de sua área original – 1,3 milhões de km² em 17 estados brasileiros; apresentam também os mapas consolidados para os estados da Bahia, Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco e Sergipe e a avaliação de 2005-2007 dos municípios mais críticos no período 2000-2005. “Os dados apresentados para o período de 2000-2005 confirmam a redução de 69% na taxa de desmatamento comparada com o período anterior, o que deve ser comemorado, mas a avaliação recente indica aumento no ritmo de desmatamento nos dois últimos anos, o que é muito preocupante”, alerta Marcia Hirota. Para ela, tudo que resta de floresta original deve ser protegido por todos.

Com base nos levantamentos realizados nas quatro edições do Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica e tendo em vista a representatividade para a manutenção da biodiversidade, as informações divulgadas hoje mostram que a área original do Bioma está reduzida a **7,26%**, ou seja, **97.596 km²**. Este número totaliza os fragmentos acima de 100 hectares, ou 1km², distribuídos em 17.875 polígonos, e têm como base o mapeamento de 98% do bioma Mata Atlântica, ou 16 dos 17 Estados onde ocorre (PE, AL, SE, BA, ES, GO, MS, MG, RJ, SP, PR, SC, RS, CE, PR, RN e PI), incluindo dados levantados pela ONG Sociedade Nordestina de Ecologia nos estados de CE, PE e RN. Apenas o Piauí não teve a área da Mata Atlântica avaliada.

A fragmentação florestal do bioma é um processo extremamente crítico que agrava a proteção da rica biodiversidade existente. Somando todos os fragmentos acima de 3 hectares, existem hoje na Mata Atlântica 234.106 polígonos, que totalizam 142.472 km², ou seja, 10,6% de florestas nativas. “Mais de 25 mil polígonos são menores do que 5 hectares, o que reforça a importância dos esforços na restauração florestal da Mata Atlântica. Devido à extrema fragmentação de alguns trechos, principalmente nas regiões interioranas, a interligação entre as florestas nativas torna-se primordial para garantir a proteção da biodiversidade deste bioma”, explica Marcia.

Bahia e Minas Gerais

O Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica divulga também dados para os estados de Bahia e Minas Gerais, inéditos para o período 2000-2005. A Bahia, que originalmente possuía 20.337.877 hectares de Mata Atlântica, ou 36% de seu território, em 2005 tinha apenas 1.584.572 hectares; o total de desflorestamento no período de 2000-2005, foi de 36.040 hectares. Minas Gerais, que possuía 28.939.588 hectares de florestas naturais, ou 49% do seu território, em 2005 apresentava apenas 1.584.572 hectares de remanescentes florestais; no período entre 2000-2005, o desmatamento foi de 41.349 hectares.

“A porção oeste dos estados da Bahia e Minas Gerais, juntos às formações das araucárias de Santa Catarina e Paraná, são as áreas mais críticas para a Mata Atlântica, que merecem uma atenção especial, pois são os Estados que mais possuem floresta nativa em seus territórios e, conseqüentemente, têm grandes áreas desmatadas e em números absolutos. É preciso conter este desmatamento se quisermos garantir a proteção da biodiversidade e os serviços ambientais para a população que vive na área de Mata Atlântica”, explica Marcia.

Em números absolutos, Santa Catarina é o campeão de desmatamento no período, suprimindo 45.530 hectares de Mata Atlântica. Minas Gerais vem em seguida, tendo desmatado 41.349 hectares; a Bahia está em terceiro lugar, desmatando 36.040 hectares. Os demais Estados são: Paraná, 28.238 hectares; Mato Grosso do Sul, 10.560 hectares; São Paulo, 4.670 hectares; Goiás, 4.059 hectares; Rio Grande do Sul, 2.975 hectares; Espírito Santo, 778 hectares, e, finalmente, Rio de Janeiro, com 628 hectares.

“O Estado do Rio de Janeiro, campeão de desmatamento entre 1990 e 1995, teve poucas áreas desflorestadas acima de 3 ha. Neste estado, houve uma redução de 85%. Levantamentos de campo identificaram desflorestamentos na ordem de 1 a 2ha, o tal “efeito formiga” (pequenos desmatamentos realizados em série), ainda muito intenso e verificado em áreas menores”, conclui Márcia.

Situação nos municípios

As informações divulgadas hoje mostram também uma análise para o período de 2005-2007 dos 51 municípios apresentados como mais críticos em 2000-2005, e aponta que o município que mais perdeu cobertura vegetal nativa no período foi Mafra (SC), que perdeu 1.735 hectares, seguido de Itaiópolis (SC), que suprimiu 1.076 hectares, e Santa Cecília, também em SC, que desmatou 1.032 hectares. Aparecem em seguida os municípios de Tremedal (BA, 927 ha), Coronel Domingos Soares (PR, 369 ha); Ninheira (MG, 899 ha), Bituruna (PR, 789 ha), e Bom Jesus da Lapa (BA, 796 ha). Em alguns municípios, as condições meteorológicas não permitiram a análise de dados.

Segundo o IBGE (2005), o Brasil tem 5.564 municípios, dos quais 3.406 (61%) estão na Mata Atlântica; mais de 120 milhões de brasileiros, ou 67% da população brasileira, vivem nestes municípios (IBGE, 2007).

O “Atlas dos Municípios da Mata Atlântica” revela a identificação, localização e situação dos principais remanescentes florestais existentes nos municípios abrangidos

pela Mata Atlântica. Pelo **IPMA (Índice de Preservação da Mata Atlântica)** – indicador criado pela SOS Mata Atlântica e o INPE, torna-se possível ranquear os municípios que mais possuem cobertura vegetal nativa. Os dados e mapas podem ser acessados pela internet, nos sites www.sosma.org.br e www.inpe.org.br.

A Mata Atlântica é aqui

A Mata Atlântica, complexo e exuberante conjunto de ecossistemas de grande importância, abriga parcela significativa da diversidade biológica do Brasil, reconhecida nacional e internacionalmente no meio científico. Lamentavelmente, é também um dos biomas mais ameaçados do mundo devido às constantes agressões ou ameaças de destruição dos habitats nas suas variadas tipologias e ecossistemas associados.

Distribuída ao longo da costa atlântica do país, atingindo áreas da Argentina e do Paraguai na região sudeste, a Mata Atlântica abrangia originalmente 1.300.000 km² no território brasileiro. Seus limites originais contemplavam áreas em 17 Estados, (PI, CE, RN, PE, PB, SE, AL, BA, ES, MG, GO, RJ, MS, SP, PR, SC e RS), o que correspondia a aproximadamente 15% do território do Brasil, segundo Decreto Federal 750/93 e Lei específica, 11.428/06, que dispõe sobre a utilização e a proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

Nessa extensa área, vivem atualmente 67% da população brasileira (IBGE, 2007), ou seja, mais de 120 milhões de habitantes, em 3.406 municípios abrangidos, que correspondem a 61% dos existentes no Brasil (IBGE, 2005).

O alto grau de interferência na Mata Atlântica é conhecido. Desde o descobrimento do Brasil pelos europeus, os impactos de diferentes ciclos de exploração, da concentração das maiores cidades e núcleos industriais e da alta densidade demográfica, entre outras atividades, em sua área fizeram com que a vegetação natural fosse reduzida drasticamente.

Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica

A realização do "Atlas dos remanescentes florestais e ecossistemas associados do Bioma Mata Atlântica no período 1985-1990, 1990-1995, 1995-2000, 2000-2005", desenvolvido pela Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, representa um grande avanço na compreensão da situação em que se encontra a Mata Atlântica.

O primeiro mapeamento do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, publicado em 1990 pela SOS Mata Atlântica e o INPE, com a participação do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), teve o mérito de ser um trabalho inédito sobre a área original e a distribuição espacial dos remanescentes florestais da Mata Atlântica e tornou-se referência para pesquisa científica e para o movimento ambientalista. Foi desenvolvido em escala 1:1.000.000.

Em 1991, a SOS Mata Atlântica e o INPE deram início a um mapeamento em escala 1:250.000, analisando a ação humana sobre os remanescentes florestais e nas vegetações de mangue e de restinga entre 1985 a 1990. Publicado em 1992/93, o trabalho avaliou a situação da Mata Atlântica nos dez Estados - Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - que apresentavam a maior concentração de áreas preservadas. Os estados do Nordeste não puderam ser avaliados pela dificuldade de obtenção de imagens de satélite sem cobertura de nuvens.

Um novo lançamento ocorreu em 1998, desta vez cobrindo o período de 1990-1995, com a digitalização dos limites das fisionomias vegetais da Mata Atlântica e de algumas Unidades de Conservação federais e estaduais, elaborada em parceria com o Instituto Socioambiental.

Entre o período de 1995-2000, fez-se uso de imagens TM/Landsat 5 ou ETM+/Landsat 7 em formato digital analisadas diretamente em tela de computador, permitindo a ampliação da escala de mapeamento para 1:50.000 e conseqüentemente a redução da área mínima mapeada para 10 hectares. No levantamento anterior, foram avaliadas as áreas acima de 25 hectares. Os resultados revelaram novamente a situação da Mata Atlântica em 10 dos 17 estados - a totalidade das áreas do bioma Mata Atlântica de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e áreas parciais da Bahia - que abrangeram nesta etapa 1.185.000 km², ou seja, 94% da área total do Bioma Mata Atlântica.

Em 2004, a SOS Mata Atlântica e o INPE lançaram o "Atlas dos Municípios da Mata Atlântica", de forma a fornecer instrumentos para o conhecimento, o monitoramento e o controle para atuação local. Desta forma, a partir da identificação e da localização dos principais remanescentes florestais existentes nos municípios abrangidos pela Mata Atlântica, cada cidadão, diferentes setores e instituições públicas e privadas puderam ter fácil acesso aos mapas por meio da internet e se envolver e atuar em favor da proteção e conservação deste conjunto de ecossistemas. O desenvolvimento da ferramenta de publicação dos mapas na internet foi realizado pela ArcPlan, utilizando tecnologia do MapServer (Universidade de Minnesota), com acesso nos portais www.sosma.org.br e www.dsr.inpe.br

Ao final de 2004, as duas organizações iniciaram a atualização dos dados para o período de 2000 a 2005. Esta edição também foi marcada por aprimoramentos metodológicos e novamente foram revistos os critérios de mapeamento, dentre os quais se destaca a adoção do aplicativo ArcGis 9.0 que permitiu a visualização rápida e simplificada do território de cada Estado contido no Bioma Mata Atlântica. Isso facilitou e deu maior segurança nos trabalhos de revisão e de articulação da interpretação entre os limites das cartas topográficas.

A quarta edição do "Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica" apresenta dados atualizados em 13 estados abrangidos pelo bioma (PE, AL, SE, BA, GO, MS, MG, ES, RJ, SP, PR, SC, RS). Um relatório apresenta a metodologia e os resultados quantitativos da situação dos remanescentes da Mata Atlântica desses estados e os desflorestamentos ocorridos no período de 2000-2005 em 10 estados, da Bahia ao Rio Grande do Sul. Esta fase manteve a escala 1:50.000, e passou a identificar áreas acima de 3 hectares e o relatório técnico, bem como as estatísticas e os mapas, imagens, fotos de campo, arquivos em formato vetorial e dados dos remanescentes florestais, por Município, Estado, Unidade de Conservação, Bacia Hidrográfica e Corredor de Biodiversidade.

Em 2008, estão sendo divulgados os números atualizados a partir de análises da 4ª edição do Atlas, incluindo os Estados de Bahia, Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco e Sergipe, que somados ao mapeamento dos estados de Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará gerados pela ONG Sociedade Nordestina de Ecologia, totalizam 16 dos 17 Estados onde o Bioma ocorre, ou 98% de Mata Atlântica.

Os trabalhos envolvem ainda outros esforços de todos que atuam em defesa da Mata Atlântica, especialmente aqueles com foco nos programas para políticas de conservação: no ano de 2005, deu-se início ao projeto "De olho na Mata", cuja área-piloto foi a região do litoral norte do Estado de São Paulo e sul-fluminense, de forma a mapear a dinâmica do uso da terra e analisar o impacto que a urbanização descontrolada causa no ambiente e na qualidade de vida da população. Este projeto conta com o patrocínio da empresa Klabin; o Atlas dos Municípios da Mata Atlântica foi lançado em 2005 e revelou a situação da Mata Atlântica de 2000 em 2.815 cidades de 10 dos 17 Estados que são abrangidos pelo bioma (Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), e mostra os índices de representatividade da vegetação de mangue e restinga. O Atlas ainda apresenta o **IPMA (Índice de Preservação da Mata Atlântica)** – indicador criado pela SOS Mata Atlântica e o INPE - com o ranking dos municípios que possui a vegetação nativa da Mata Atlântica. Até então, os dados eram divulgados somente por Estado. "Este Atlas tem se apropriado do desenvolvimento tecnológico na área da informação, do geoprocessamento e do sensoriamento remoto. Em cada edição, vários aprimoramentos foram realizados e alguns estudos qualitativos estão sendo realizados, de forma a subsidiar as pesquisas e contribuir cada vez mais ao conhecimento sobre o Bioma", afirma Flavio Ponzoni, coordenador do Atlas pelo INPE. Em 2008, está sendo divulgada a situação do desmatamento para o período de 2005-2007 nos 51 municípios que mais devastaram no período de 2000-2005.

Para o monitoramento e análise da situação da Mata Atlântica desde 1989, foram investidos recursos na ordem de R\$ 6 milhões, provenientes da iniciativa privada. Esta quarta fase contou com recursos do Banco Bradesco e da Colgate-Palmolive/Sorriso Herbal. A execução técnica é da Arcplan.

SOBRE O INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE)

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) foi criado em 3 de agosto de 1961, denominado originalmente Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (Grocnae). Situado em São José dos Campos (SP), tem unidades de pesquisa e desenvolvimento em Cachoeira Paulista (SP), Atibaia (SP), Cuiabá (MT), Natal (RN), São Luís (MA), São Paulo (SP), São Martinho da Serra (RS), Santa Maria (RS), Brasília (DF) e Eusébio (CE).

O INPE desenvolve tecnologia de satélites de sensoriamento remoto, coleta de dados e científicos, além de aplicações e pesquisas científicas na área espacial. Forma recursos humanos nessas áreas, através de cursos de pós-graduação. O programa completo de satélites do INPE envolve, além do desenvolvimento, montagem, integração e testes, um leque mais amplo de atividades, que vai desde a definição da missão do satélite, até o controle de voo e órbita, a recepção de imagens e dados, o processamento de dados para efeito de estudos, análises, pesquisa científica e previsão de tempo e clima, e a distribuição de imagens e dados. O INPE desenvolveu e colocou em órbita quatro satélites, sendo dois de coleta de dados ambientais (SCD1 e SCD2), ambos operacionais, com concepção, projeto e execução nacionais, e dois de sensoriamento remoto, CBERS 1 (inoperante) e CBERS 2 (operacional), desenvolvidos em parceria com a China. Outros três satélites da família CBERS estão em desenvolvimento: CBERS 2B, CBERS 3 e 4. Na área de infra-estrutura, o INPE mantém o Laboratório de Integração e Testes (LIT) e o Centro de Rastreamento e Controle (CRC). Outro objetivo importante do programa é o envolvimento da indústria nacional na fabricação dos subsistemas.

A Missão do INPE é promover e executar estudos, pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico e capacitação de recursos humanos, nos campos da Ciência Espacial e da Atmosfera, das Aplicações Espaciais, da Meteorologia e da Engenharia e Tecnologia Espacial, bem como em domínios correlatos, conforme as políticas e diretrizes definidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

São objetivos estratégicos do INPE:

- A manutenção da excelência técnico-científica em suas áreas de atuação, participando de projetos estratégicos, visando assegurar ao país a liderança no setor de tecnologia espacial e observação do meio tropical;
- A pesquisa, o desenvolvimento do conhecimento, bem como o desenvolvimento ou a aquisição dos meios, com recursos próprios, ou através de parcerias internacionais, para garantir o acesso do país aos benefícios decorrentes das tecnologias espaciais, de observação da terra e de clima;
- A promoção de ações empreendedoras com organizações parceiras para desenvolver e difundir produtos associados à Missão do INPE: organizações governamentais e não-governamentais de meio ambiente, empresas de base tecnológica dos mais variados setores e universidades;
- A formulação e condução de uma política industrial para o setor espacial orientada ao crescimento e sustentabilidade de suas atividades espaciais e, além disso, orientada ao desenvolvimento industrial de base tecnológica.

Sobre a Fundação SOS Mata Atlântica

A Fundação SOS Mata Atlântica é uma organização não-governamental privada, sem vínculos partidários ou religiosos e sem fins lucrativos. Criada em 1986 por cientistas, empresários, jornalistas e ambientalistas, foi uma das primeiras ONGs destinadas a proteger os últimos remanescentes de Mata Atlântica no País. Sua missão é promover a conservação da diversidade biológica e cultural do Bioma Mata Atlântica e ecossistemas sob sua influência,

estimulando ações para o desenvolvimento sustentável, bem como promover a educação e o conhecimento sobre a Mata Atlântica, mobilizando, capacitando e estimulando o exercício da cidadania socioambiental.

Nesses quase 22 anos de existência, a SOS Mata Atlântica obteve diversas conquistas. Logo no início, popularizou o termo Mata Atlântica por meio de uma grande campanha nacional, incorporado no vocabulário cotidiano do brasileiro. Além disso, conseguiu após 14 anos de tramitação no Congresso, que a Lei da Mata Atlântica – originalmente apresentada pelo então deputado federal Fabio Feldmann - fosse sancionada em 2006; com os programas Florestas do Futuro e Clickarvore, a Fundação já soma cerca de 10 milhões de árvores plantadas em áreas de reflorestamento; duas Estradas Parque foram criadas, uma no Guarujá (SP) e outra em Itu (SP); cerca de 300 grupos foram mobilizados para realizar o monitoramento da qualidade da água do Rio Tietê, uma metodologia que vem sendo replicada também em outras bacias hidrográficas; e centenas de voluntários estão integrados às ações da instituição.

Manifesto SOS Mata Atlântica

O ser humano é parte integrante da natureza.

Acreditamos...

Que a humanidade só garantirá a qualidade de vida quando souber conviver em harmonia com o ambiente em que vive.

Que a responsabilidade da preservação é de toda a sociedade, com ações praticadas no seu dia-a-dia.

Que a sensibilização de um indivíduo é a base da mobilização coletiva.

Que a nossa luta é hoje, agora e deve ser renovada a todo momento. Não podemos deixar para agir amanhã.

Que a sustentabilidade da vida no planeta depende de uma economia que tenha o socioambiental como premissa.

Nosso compromisso

É urgente convocar nossa comunidade para o exercício de uma cidadania ambiental, responsável e comprometida com o futuro do nosso território, o bioma Mata Atlântica, patrimônio da humanidade.

Esse é um compromisso de todos nós como reconhecimento do nosso vínculo, solidariedade, respeito e integração com a natureza.

A contribuição da SOS Mata Atlântica é alertar, informar, educar, mobilizar e capacitar para o exercício da cidadania, catalisando as melhores práticas, os conhecimentos e as alianças.

ATLAS DOS MUNICÍPIOS DA MATA ATLÂNTICA

Fundação SOS Mata Atlântica e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Municípios que mais desmataram entre 2000-2005

A tabela abaixo apresenta os dez municípios que mais perderam cobertura florestal nativa no período 2000–2005. Valores em hectares.

Nome	UF	Area Município	Área Mata Atlântica	Desflorestamento 2000-2005	Remanescentes florestais	%	Area urbana
Bituruna	PR	122339	122339	4811	22520	18%	350
Itaiópolis	SC	129845	129845	3377	44781	34%	348
Coronel Domingos Soares	PR	158358	158358	3267	37240	24%	91
Palmas	PR	157701	157701	2994	23856	15%	1048
Encruzilhada	BA	204630	204630	2969	14116	7%	87
Mafra	SC	140785	140785	2917	21047	15%	1411
Vitória da Conquista	BA	321318	321306	2547	18461	6%	5408
Andaraí	BA	189927	189927	1990	28010	15%	0
Santa Cecília	SC	115063	115063	1826	16604	14%	473
Itamarandiba	MG	273613	134234	1779	30056	22%	374

ATLAS DOS REMANESCENTES FLORESTAIS DA MATA ATLÂNTICA PERÍODO 2000–2005

4ª edição do Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica confirma queda na taxa de desflorestamento do bioma.

Entre o período 2000 e 2005, houve uma redução de 69% na taxa de desflorestamento do bioma em comparação ao período anterior (1995–2000).

Dos 17 estados abrangidos pela Mata Atlântica, 13 já foram avaliados (PE, AL, SE, BA, ES, GO, MS, MG, RJ, SP, PR, SC e RS), perfazendo um total de 94% do bioma. Somados ao levantamento realizado pela ONG Sociedade Nordestina de Ecologia nos estados de CE, PR e RN, 98% do Bioma Mata Atlântica foi avaliado.

Considerando os totais de desflorestamento identificados nos períodos 1995–2000 e 2000–2005, a comparação entre ambos indica que houve diminuição na área total desflorestada em 69%, conforme tabela abaixo.

Valores percentuais referentes às alterações nos valores totais de desflorestamentos identificados no período 00–05 em relação ao período 95–00, em hectares.

UF	Deflo 95-00 (hectares)	Deflo 00-05 (hectares)	Dif %
ES	16.935	778	-95
GO	3.388	4.059	20
MG	121.061	41.349	-66
MS	18.256	10.560	-42
PR	177.816	28.238	-84
RJ	4.096	628	-85
RS	11.243	2.975	-74
SC	42.699	45.530	7
SP	50.458	4.670	-91
SUB TOTAL		138.787	-69
BA	NÃO AVALIADO	36.040	-
TOTAL	445.952	174.827	

Os valores percentuais negativos indicam diminuição dos valores brutos de desflorestamento em relação aos valores quantificados no período 1995–2000.

De acordo com a avaliação acima, entre 2000 e 2005 houve uma redução de 69% na taxa de desflorestamento do bioma em comparação ao período anterior, 1995–2000.

ATLAS DOS REMANESCENTES FLORESTAIS DA MATA ATLÂNTICA

Avaliação entre 2005-2007 dos municípios mais críticos no período 2000-2005 mostram que desmatamentos continuam.

A tabela abaixo apresenta os totais de remanescentes florestais da Mata Atlântica nos municípios mais críticos de cada estado avaliado e mostra quanto desmataram no período de 2000-2005 e entre o período 2005-2007.

Na coluna "Nome", em verde, destacam-se os municípios que reduziram o desmatamento. Em vermelho, aqueles que aumentaram o total de desflorestamento e o índice por ano e em cinza aqueles que não foram avaliados por falta de imagens de satélite sem cobertura de nuvens.

Os valores são apresentados em hectares.

	Nome	Área Município	Área Mata Atlântica	Remanescentes florestais	Desflorestamento 2000-2005	Índice por ano
Bahia						
1	Encruzilhada	204.629,92	204.629,92	14.115,84	2.969,36	593,87
2	Vitória da Conquista	321.318,12	321.305,92	18.460,80	2.547,36	509,47
3	Andaraí	189.927,11	189.927,11	27.790,05	1.990,16	398,03
4	Tremedal	178.271,02	106.428,92	10.682,36	1.634,56	326,91
5	Bom Jesus da Lapa	395.328,25	145.576,10	14.824,88	1.376,08	275,22
Espírito Santo						
1	Linhares	351.218,48	350.063,60	59.387,16	99,60	
2	Vila Velha	21.055,48	20.993,01	1.055,92	49,80	
3	Nova Venécia	145.162,90	145.162,90	5.426,58	49,16	9,83
4	Conceição da Barra	119.265,22	118.477,79	8.305,48	48,44	9,69
5	Colatina	142.800,81	142.800,81	9.240,32	48,20	
6	Vila Valério	46.484,83	46.484,83	2.418,60	45,80	9,16
Goiás						
1	Corumbaíba	188.542,88	112.567,40	3.126,54	1.111,76	222,35
2	Água Limpa	45.172,51	45.172,51	1.339,79	453,96	90,79
3	Buriti Alegre	89.938,22	55.739,64	2.378,99	451,32	90,26
4	Morrinhos	285.236,87	26.900,28	2.297,12	418,00	83,60
5	Caçu	226.320,16	101.008,03	7.121,01	261,16	52,23
Minas Gerais						
1	Itamarandiba	273.612,62	134.234,41	29.599,65	1.779,40	355,88
2	Capelinha	96.721,96	57.354,56	12.890,98	1.598,40	319,68
3	Ninheira	112.095,42	112.095,42	9.487,62	1.481,16	296,23
4	Jequitinhonha	352.550,61	352.550,61	87.276,48	1.479,76	
5	Rio Vermelho	98.787,00	98.787,00	22.813,20	1.462,88	292,58
Mato Grosso do Sul						
1	Corumbá	6.619.151,48	187.460,30	19.591,19	1.340,40	268,08
2	Iguatemi	298.172,18	298.172,18	22.470,76	1.240,92	248,18
3	Tacuru	180.656,74	180.656,74	11.774,30	1.112,48	222,50

4	Anaurilândia	342.073,01	200.539,83	9.833,09	884,68	176,94
5	Rio Brillhante	403.415,90	371.037,11	22.248,94	670,40	134,08
Paraná						
1	Bituruna	122.339,13	122.339,13	21.729,99	4.811,28	962,26
2	Coronel Domingos Soares	158.358,36	158.358,36	36.316,73	3.267,48	653,50
3	Palmas	157.700,88	157.700,88	23.856,00	2.993,64	
4	General Carneiro	107.489,59	107.489,59	24.699,28	1.739,24	
5	União da Vitória	72.417,90	72.417,90	18.689,77	791,92	158,38
Rio de Janeiro						
1	Resende	111.221,16	111.221,16	25.010,18	101,92	20,38
2	Araruama	63.450,39	63.431,46	1.756,19	73,96	14,79
3	Itaboraí	42.408,42	42.408,42	1.557,16	67,88	13,58
4	Trajano de Moraes	58.929,28	58.929,28	14.390,34	44,56	8,91
5	Nova Friburgo	93.163,03	93.163,03	40.733,29	33,44	6,69
Rio Grande do Sul						
1	Segredo	24.957,41	24.957,41	1.656,92	76,44	15,29
2	Caxias do Sul	165.111,77	165.111,77	29.000,72	76,36	15,27
3	Boqueirão do Leão	26.676,35	26.676,35	3.425,96	71,52	
4	Esmeralda	83.643,44	83.643,44	4.563,08	71,40	14,28
5	Bento Gonçalves	38.439,23	38.439,23	8.653,54	65,64	13,13
Santa Catarina						
1	Itaiópolis	129.845,07	129.845,07	43.704,13	3.377,24	675,45
2	Mafra	140.784,89	140.784,89	19.310,85	2.917,12	583,42
3	Santa Cecília	115.062,57	115.062,57	15.570,87	1.825,88	365,18
4	Abelardo Luz	96.232,72	96.232,72	15.534,11	1.175,88	235,18
5	Passos Maia	61.881,72	61.881,72	16.063,73	1.155,88	231,18
São Paulo						
1	Eldorado	165.916,68	165.916,68	117.552,30	967,88	193,58
2	Barra do Turvo	100.643,20	100.643,20	53.755,42	853,28	170,66
3	Reginópolis	41.199,81	41.199,81	4.301,79	358,16	71,63
4	Arealva	50.782,91	50.146,59	3.673,00	288,28	57,66
5	Jacupiranga	70.840,32	70.840,32	32.889,90	255,96	51,19